



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JANEIRO DE 1979.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 144ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 2 DE JANEIRO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Edilson Alencar.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Comunica que não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao único orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “No exercício do mandato de Deputado Federal, teremos sempre em mente as lições de civismo e de amor à causa pública que aqui aprendemos. Continuaremos, em Brasília, ao inteiro dispor de todos e de cada um, na defesa intransigente dos altos interesses e dos impostergáveis direitos da terra e da gente do Paraná.

Senhor Presidente!

Pela peculiaridade da convocação extraordinária da Assembléia Legislativa do Paraná, talvez seja esta a primeira manifestação, em parlamentos do Brasil, após a vigência do Ato Institucional n.º 5.

Não é tranqüilo o quadro institucional que se nos apresenta. Caiu o famigerado AI-5, que, em 1968 — segundo os donos do Poder levaria a nação ao progresso e ao desenvolvimento.

Caiu o AI-5, mas ficou a Lei Falcão.

Caiu o famigerado AI-5 mas continuam existindo 26 milhões de menores abandonados, fato que para nós é realmente um problema de segurança nacional.

Caiu o AI-5 sem ter solucionado a injusta distribuição de rendas.

Caiu o AI-5 sem ter preservado o valor da moeda nacional.

Caiu o AI-5 sem que haja efetuado a anunciada reforma agrária.

Caiu o AI-5 sem ter valorizado o trabalho como fonte geradora de riqueza nacional.

Caiu AI-5 Sem ter reformulado a efetiva execução da previdência social. Caiu o AI-5 sem ter fortalecido o nosso empresariado.

Caiu o AI-5 sem a solução do sistema educacional brasileiro; sem ter melhorado os padrões de higiene e saúde pública; sem ter disciplinado uma política nacional de urbanização; sem ter revisto a estrutura administrativa do setor público; sem ter controlado a dívida externa de nosso País.

A rigor, como já disse desta tribuna, o AI-5 serviu apenas como ilação, — para facilitar a compreensão do mistério da Santíssima Trindade: Três Poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo, nas mãos de uma só pessoa.

Caiu o famigerado AI-5, mas deixou irremediavelmente sua marca na cultura da minha terra pela irascível censura que se traduz em medo, tão bem definida por Roberto Freire, neste depoimento:

“— Por quê? Porque tudo o que tenho de mais profundo e de mais sincero e de mais urgente para escrever é o meu horror e ódio à censura e aos sistemas repressivos à ação e à criação e à expressão críticas. Porque o que mais me entristece e envergonha é ter perdido os melhores anos de minha vida criativa temendo a censura do sistema repressivo em que vivo, produzindo coisas indiretas e simbólicas, não sendo totalmente sincero”.

Caiu o AI-5 mas substituem-no as figuras execrandas do estado de emergência e das salvaguardas suspicazes. É o casuismo a erguer, sobre a cabeça da Nação, a mão de ferro do arbítrio e do discricionarismo.

Cientistas sociais testemunham, em numerosos trabalhos, que “a vigência de uma ordem legal revolucionária, impondo limites estreitos para o funcionamento das instituições políticas, acrescida do afastamento destas em relação aos centros de poder, condicionaram o esvaziamento do debate político dentro das organizações partidárias e do Legislativo”. A partir de 64 as decisões de caráter político ao invés de elaboradas pelo Congresso passaram a ser definidas pelo denominado Sistema com todos os seus adjetivos. Sua proximidade em relação aos centros de poder e sua condição de fiador do regime têm lhe assegurado o exercício, infelizmente, desse papel.

Nestes últimos 15 anos não podemos esquecer o recesso do Congresso Nacional, de algumas Assembléias Legislativas e de algumas Câmaras Municipais. Não podemos esquecer a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de direitos políticos, a reforma ou aposentadoria proporcional ao tempo de serviço que atingiram servidores civis e militares, e outras inúmeras violências.

Houve o abuso e o arbítrio, produto dos IPMs, que extrapolaram de suas atribuições originárias, para se transformarem em tribunais de exceção, com barão e cutelo. Temos notícias de torturas, e, em certos casos, provocadoras da morte das inditas vítimas. Temos informações sobre o drama de muitos exilados condenados a perecerem à míngua, porque o governo brasileiro lhes negou até documentos de identidade.

Tudo isso em nome de uma suposta segurança nacional! Na verdade, segurança para os ocupantes do poder, e insegurança total para a Nação, espionada, sequestrada, seviciada, e permanentemente com medo.

Por outro lado, resta-nos o caminho da luta pela redemocratização efetiva do país, com garantia das liberdades e com o respeito dos direitos fundamentais do Homem. Esse caminho somente poderá ser alcançado mediante a instituição de uma Assembléia Nacional Constituinte, com a missão precípua de

dotar a Nação de uma Carta Magna sem as tocaias e sem o cipoal do regime de exceção, travestido de democrático.

No dizer de Freitas Nobre "O imperador pode ser fonte de Direito, o ditador também o pode e qualquer autoridade com poderes de arbítrio é fonte de Direito. Mas a única fonte legítima de Direito é o povo". Ou, como frisou Castelo Branco, "Uma Revolução vitoriosa somente se legitima se não ultrapassa o prazo que representa usurpação, e se autentica através do voto".

Sabemos que a continuidade da vida nacional depende de medidas de proteção e de prevenção contra os que tentarem golpeá-la. A própria Democracia precisa de salvaguardas, pois, do contrário, sucumbirá à ação dos radicais.

Vai uma diferença muito grande, porém, entre fornecer meios de auto-defesa ao regime democrático e transformar a Pátria a viver em estado de democracia condicionada. O Estado tem de ser instrumento de paz, de segurança e de felicidade para os indivíduos-membros da Nação, e nunca ser-lhes o algoz e o carcereiro.

Não podemos admitir governos erigidos à revelia e contra a vontade soberana do Povo. Daí, a necessidade de eleições diretas e secretas, em todos os níveis do Executivo e do Legislativo, com ampla liberdade de ir e vir e de dizer. Ninguém pode ser punido por atos de pensamento. E todos devem ter o direito de filiar-se ao partido político que, por seu programa, melhor se coadune às suas idéias e aos seus sentimentos.

Nenhum brasileiro deve ser forçado a viver longe de sua pátria, de sua família e de seus amigos. Por isso, pregamos anistia ampla e irrestrita para os denominados "crimes políticos".

Somos pela reformulação radical da Lei da Segurança Nacional e da Lei de Imprensa, suprimidos todos os excessos, próprios de um regime de força. Liberdade de acesso às fontes de informação e liberdade de informar constituem o modo mais simples de combate à corrupção.

O trabalhador, o estudante, o servidor público e o professor devem ter o direito de greve, com instituição do fundo de greve, para defesa dos seus legítimos interesses e reivindicações, sem o guante do Decreto-Lei 477, de salvaguardas e repressão policial.

Queremos um país absolutamente livre, economicamente independente, onde os capitais estrangeiros e as empresas multinacionais sejam rigorosamente fiscalizadas, em benefício do nosso desenvolvimento, com prioridade absoluta, em todos os setores de atividade, à empresa nacional. "A Pátria — na definição de Assis Brasil — e por extensão o Município — "é nossa Mãe". Nós é que a criamos. Sem ela, não existiríamos, e sem nós, ela sucumbiria. Nós a fazemos grande ou pequena, nobre ou humilde, vitoriosa ou vencida feliz ou desgraçada, tudo ou nada".

Senhor Presidente!

Senhores Deputados!

São muitos os problemas que afligem o Estado do Paraná.

Alguns, a nosso ver, são prioritários.

Manifestamo-nos, em várias ocasiões, por um sistema de maior equidade em relação ao Paraná no que concerne à construção e funcionamento de usinas hidrelétricas.

Sabemos que o nosso território está encolhendo, e que vai encolher mais ainda, até o ano de 1990, por força do alagamento de vastas e férteis áreas. Sabemos que o fato provoca o êxodo rural, que a nossa produção agro-pecuária sofre queda vertical, que a receita pública e privada se exaure. Em troca, os centros urbanos se saturam pela sobrecarga de mão-de-obra sem habilitação, e assistem, inermes, à proliferação de favelas e ao crescimento assustador dos índices de prostituição e de criminalidade, o que exige do Poder Público maior soma de recursos em sua prevenção e combate. Calcula-se que quase dez por cento do território paranaense estará inundado em 1990.

Perguntamos: em benefício de quem? A energia produzida vai alimentar o crescente parque industrial do eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte, tornando as populações, lá radicadas, cada vez mais prósperas e cada vez mais felizes.

O Paraná, no entanto, perde em produção e em renda. Como indenizá-lo de prejuízo tamanho?

Ao tomarmos por base a Binacional Itaipu, verificamos que o Paraguai, sócio presuntivo, entra com apenas diminuta área, para alagamento. Em compensação, impôs exigências sobre a repartição rigorosa entre brasileiros e paraguaios no aproveitamento da mão-de-obra, no fornecimento de materiais de construção, na construção de nova cidade em seu território, sem que esteja participando, com qualquer parcela de capital, nos bilhões de dólares gastos. Vai revender-nos a quota de energia elétrica que lhe couber, à cotação do dia, por sua incapacidade de absorvê-la. E terá, — pasmem todos! —, cinquenta por cento no lucro bruto de Itaipu.

O Paraná, que está sofrendo o impacto das inundações progressivas e do progressivo decréscimo de suas riquezas, é um enfeitado em sua própria casa. Vêm a CESP e a Eletrosul para construir as usinas, como se a COPEL não fosse tecnicamente idônea, e vem Furnas, para estender as linhas de transmissão de energia, com suas estações e subestações, sem que a COPEL seja ouvida e cheirada.

Não é demais, portanto, exigirmos a compensação devida, pelo sacrifício que fazemos do nosso patrimônio. Devemos receber, por equidade, também 50 por cento na renda bruta de todas as usinas hidrelétricas entre nós construídas, e que sejam exploradas diretamente pela Eletrobrás ou por empresas de outros Estados. Dar menos ao Paraná é espoliá-lo, é dar-lhe tratamento injusto e desumano.

Outro problema que muito nos preocupou, e que muito continuará a preocupar-nos, é o da questão fronteiriça com o Estado de São Paulo.

Ninguém ignora que esse litígio foi forjado, em virtude da indecisão, da negligência, da fraqueza e do comprometimento dos diversos governos estaduais que temos tido. São quase oitenta mil hectares invadidos e ocupados, manu-militari, onde se situam abundantes riquezas minerais, como calcários, grafita, chumbo, cobre, ouro, prata e urânio.

Paira, neste momento, grave ameaça. O presidente Geisel foi convidado para árbitro. Mas, a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, não prevê arbitramento para a solução de litígios de fronteiras interestaduais. Há, inclusive, um parecer do Consultor Geral da República, datado de setembro de 1974, provocado pela chefia da Casa Civil do próprio presidente, em que está claramente expressa a inconstitucionalidade de semelhante arbitramento.

Para que, porém, tanto esforço e tanto desgaste, se não cabe novo arbitramento no caso, pelo simples fato de que já foi cabalmente arbitrado, com a fixação, a seu tempo, em 1920, da linha divisória definitiva e irrevogável?

Fazemos veemente apelo no sentido de que continue em ação a Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo, em virtude do profundo conhecimento de causa que possui e, principalmente, do acervo de documentos em seu poder.

Quanto a nós, faremos o que estiver ao alcance, para que o Estado do Paraná não seja lesado pela ação de grupos econômicos poderosos, cujos interesses excusos estão sendo acobertados.

Não escapa, inclusive ao leigo, que a maior força econômica dos Estados Unidos da América do Norte não reside em sua indústria, e, sim, em sua agricultura. Vemos, todos os anos, o governo norte-americano abarrotar o mercado mundial com diferenciados produtos agrícolas, desde o milho e a soja, até o algodão e o trigo. Tornaram-se, esses alimentos, produtos estratégicos no intercâmbio universal, no jogo da política e no enriquecimento geral.

O Estado do Paraná é, sem favor algum, o maior celeiro de grãos do Brasil. Liderou o café, como hoje lidera o milho, a menta, a mamona e a soja. Avança, ano por ano, na produção do feijão, do arroz e do trigo. O algodão e o rami constituem outras de suas riquezas. A batatinha e a cebola, juntamente com a mandioca, ocupam lugar de destaque cada vez maior. A cana-de-açúcar domina extensas regiões, e alimenta as usinas de açúcar e de álcool, este a esperança de nossa libertação progressiva do petróleo estrangeiro.

Possuímos o maior rebanho suíno do país, e o de gado vacum já é o terceiro, em números. Isso, graças às pastagens que estão sendo implantadas com grande rigor técnico, adotados os processos mais modernos.

A fruticultura se iniciou há pouco, e representa um patrimônio de respeito, já pelos pomares de frutas de clima temperado, como pelos de frutas de clima subtropical. Dentro em pouco, teremos suprido inteiramente o mercado consumidor brasileiro com frutas "in natura", como estaremos partindo para a industrialização do excedente.

A nossa crescente produção agrícola está garantindo o equilíbrio, se não o "superavit", na balança comercial do Brasil, em virtude do afluxo de divisas que acarreta, como são os casos do café, da soja e do milho exportados.

Por tudo isso, o Estado do Paraná, no próprio benefício do País, tem o direito de exigir maior assistência técnico-financeira do governo federal. Não é favor o que se faça por nossa agricultura e por nossa pecuária, porque iremos retribuir as rendas astronômicas para a União.

Temos receio de que, em decorrência da necessidade de premiar amigos, as posições-chave do setor agropecuário sejam entregues a pessoas não indicadas, porque desajeitadas às lides e às agruras do campo. O lavrador e o criador irão sofrer na própria carne a inexperiência e a ignorância dos contemplados tecnocratas, nunca convencidos de que, na prática, a teoria é outra, cujas consequências temos como maior exemplo os miseráveis e marginalizados "bóias-frias".

De qualquer forma, em qualquer caso, o Paraná tem o direito de reclamar e de exigir, porque conhece perfeitamente a contribuição que pode dar, em troca.

Como corolário do problema de assistência técnico-financeira à agropecuária, mormente à agricultura, colocamos, como problema vital, o funcionamento, a todo o pano, dos semi-mortos portos de Paranaguá e de Antonina.

Fica desolado quem visita atualmente o litoral, ao constatar o crescimento assustador dos índices de desemprego na zona portuária, em virtude da falta de mercadorias que embarcar.

Precisamos obrigar o governo do Estado a agir com maior rigor no sentido nosso reaproveitamento portuário. Isso será possível mediante política de incentivos na busca de Paranaguá e de Antonina, e mediante política de estancamento de exportação do que produzimos através do Porto de Santos, como vem ocorrendo sempre.

Investimentos de vulto promovem o Estado no moderno aparelhamento de que Paranaguá, por exemplo, dispõe. Se esse aparelhamento não for utilizado, na frequência e no volume necessários, dificilmente o nosso erário público será ressarcido.

Urge uma campanha de esclarecimento, de sadio paranismo, em cada região produtora, para que Paranaguá e Antonina, conforme as circunstâncias, sejam procurados e movimentados.

O porto é sempre um termômetro do desenvolvimento econômico do Estado. Utilizá-lo na plenitude de sua capacidade de movimentação é dar testemunho de povo inteligente, capaz e patriota.

Finalmente queremos reafirmar nossa confiança no empenhado do meu Estado. Aos brasileiros de todas as partes do mundo que acreditaram e que acreditam no Paraná como sua

terra.

Aqueles que enfrentando as multinacionais e os grupos poderosos tupuniquins, estão conseguindo com pioneirismo, implantar um novo horizonte em nossa economia com perspectivas alviçareiras.

Não dizemos adeus aos nobres senhores Deputados, aos senhores funcionários, aos representantes do Comitê de Imprensa da Assembléia. Porque é nosso intuito manter o mais estreito contato com todos, a fim de podermos acompanhar a evolução dos fatos sociais, políticos e econômicos do Paraná.

Na hora da partida, cabe-nos reiterar o sincero propósito de bem servir a nossa terra em Brasília, como cabe-nos dizer, comovidamente:

— Obrigado a todos, e a cada um, pelo muito que nos deram de si, em amizade, em compreensão e principalmente em tolerância!

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Maurício Fruet, no momento em que V. Ex.^a deixa transcrito o quadro das intenções alimentadoras do seu novo mandato no Congresso Nacional, cabe a nós, na condição de líder da bancada que o acalentou por duas legislaturas, nesta Assembléia, desejar o mais absoluto e pleno êxito nesta nova etapa de atuação política, vibrante, dinâmica, independente, corajosa com que V. Ex.^a sempre se caracterizou. Mas, dizer principalmente a V. Ex.^a que ficará esta Casa privada de um dos seus mais lídimos representantes, porque soube V. Ex.^a, a par se sua brilhante atuação granjear o respeito e a amizade dos membros que aqui ficam, daqueles que aqui permanecem.

Receba, pois, V. Ex.^a, em nome dos companheiros de partido, em nome dos integrantes da bancada do M.D.B., os nossos votos de um mandato feliz, produtivo e a certeza de que aqui sempre terá V. Ex.^a o mesmo carinho, a mesma afeição com que sempre foi tratado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a V. Ex.^a e gostaria de deixar também frisado nesta nossa manifestação, que foi para nós motivo de orgulho termos comungado com a bancada do Movimento Democrático Brasileiro em todos os instantes nesta Casa, desde 1971 e particularmente ao eminente líder do Partido, que tão sabiamente vem conduzindo a nossa bancada da mesma forma como o fizeram os companheiros Trajano Bastos de Oliveira, Enéas Faria, Muggiati Filho e tantos e tantos outros aqui presentes.

Muito obrigado.

O Sr. Ezequias Losso — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Maurício Fruet, quando iniciamos juntamente as atividades públicas na Câmara Municipal de Curitiba, pudemos perceber a sua dedicação aos assuntos de interesse da coletividade, e ali na Câmara Municipal, deixou V. Ex.^a uma página muito bem escrita, que tem sido observada e lida por muitos eminentes Vereadores. Com satisfação nos encontramos aqui na Assembléia Legislativa e igualmente, V. Ex.^a nesta Casa de Leis, cumpriu com especial entusiasmo e lealdade as suas atribuições.

Deixou, nesta oportunidade, em meu nome próprio, em nome de companheiros da nossa bancada, da ARENA, os cumprimentos mais efusivos, por este trabalho que foi desenvolvido, como também desejamos que na Câmara dos Deputados, possa V. Ex.^a com este mesmo ardor, com este mesmo entusiasmo, defender os elevados interesses do Estado do Paraná, para o progresso da nossa gente.

Era o aparte.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço ao eminente Deputado Ezequias Losso, a sua manifestação, fruto principalmente, e acima de tudo, pela amizade que nos une desde

1968, quando juntos assumimos a posição de Vereador, à Câmara Municipal de Curitiba.

Muito obrigado a V. Ex.^a e a todos os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto à Liderança do MDB, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, líder do MDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A natureza é quem ensina, que no alvorecer de um novo dia, todos os seres vivos readquirem o entusiasmo pela existência. É o despertar da natureza e da vida.

Não há dúvida que na existência da Nação Brasileira, um novo dia começa hoje.

É uma alvorada que surge depois de uma noite de tempestade. Noite escura e tenebrosa foi a existência do AI-5 entre nós. O trágico saldo desta tormenta que se abateu sobre a nação, não pode ser ainda perfeitamente descrito. Só a história, com o passar dos anos e dos personagens figurantes, poderá dar a dimensão exata e real do que representou o arbítrio e a prepotência, a disposição de um homem só.

Individualmente porém posso dar meu testemunho, como opositor. A queda do AI-5 está para o parlamentar na razão direta do que esteve a censura para a imprensa.

Sem AI-5, todo o parlamentar readquire de fato condições para exercer com dignidade o mandato popular. Pessoalmente posso dizer que é como que se a auto-censura que cercava a todos, para calar, embora muitas vezes fosse necessário denunciar, caiu junto com o monstro de 1968.

Por isso é de se esperar maior criatividade e maior atividade nos legislativos brasileiros a partir de hoje. O que inibia os parlamentos já não existe. Caiu, caiu diga-se a bem da verdade, não por benevolência dos donos do poder, mas por pressão dos oprimidos, dos punidos, dos cassados, dos que assumiram de público e abertamente a tarefa de conquistar a redemocratização. A "capitis-diminutio" dos mandatos populares, foi alijada.

Agora, restam nuvens esparsas e ainda negras no horizonte nacional, pois o arbítrio tomou a forma de "salvaguarda". Está liquidada a investida contra o parlamentar, mas estão muniçadas as armas da exceção contra instituições e a estabilidade democrática. As "salvaguardas", a Lei de Segurança Nacional, as eleições indiretas, os biônicos e a lei Falcão, não deixam de ser os resíduos da matriz geradora de toda uma década de arbítrio, que sob o império do AI-5, contaminou a todos.

Nenhum Congresso Nacional, votaria favorável à Lei Falcão e os Biônicos, se sob a cabeça dos parlamentares brasileiros não estivesse o AI-5 nas mãos do Presidente.

Acredito pois, a partir de hoje, que o Poder Legislativo e Judiciário, readquirem o "STATUS" da equivalência dos poderes nacionais para, responsavelmente, iniciar o reordenamento jurídico da nação. Esta reformulação deve iniciar, com o desfazimento das injustiças praticadas sob a égide do AI-5, ou seja pela imediata adoção pelo Congresso Nacional, da anistia ampla geral e irrestrita aos crimes políticos. É princípio jurídico universal, de que a extinção do instrumento punitivo, faz cessar também seus feitos. Com maior razão se impõe a anistia, porque acima de tudo é uma medida política com efeitos jurídicos.

Anistiados os punidos pelo AI-5, por razões políticas, volta-se ao terreno democrático e a mesa de discussão da saída brasileira. Vencidos e vencedores estarão comprometidos com os destinos desta Nação. Não basta pois que o futuro Presidente, mostre-se admirado em não ter recebido da Oposição, qualquer aceno de adesão à Conciliação Nacional. Tem ela, como mandatário Supremo e até por gesto de grandeza, que definir em que termos pretende se realize a conciliação. Democraticamente ela só se fará com a ANISTIA.

Tem o futuro General Presidente que entender, que se pode Ele falar pelo sistema e pela situação, o MDB, não pode responder pelas OPOSIÇÕES, sem conhecer antes, concreta e especificamente para ampla discussão partidária o que entenda-se por conciliação. O MDB, não nega-se a estudar uma conciliação, porque ela é de seu programa, porém jamais se conte com o MDB, para abdicar da posição até aqui alcançada com muito sacrifício, pela simples troca de algumas posições de poder ou mando.

Não buscamos o poder como esta. Buscamos a reforma do poder, mas antes e acima de tudo a LEGITIMIDADE do Poder, sem eleições indiretas, sem salvaguardas, sem lei Falcão. A queda do AI-5, não diminui o ímpeto pela volta do Estado de Direito, pelo contrário, acelera e põe mais forças nesta heróica jornada."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 202/78, Mensagem no. 152/78, que dispõe sobre a inclusão dos cargos em Comissão que especifica, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, na simbologia DAS — Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei n.º 6996, de 12/04/78. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 205/78, Mensagem no. 155/78, no qual solicita autorização para permutar áreas de terreno com a Associação Atlética Banco do Brasil, de Wenceslau Braz. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 342/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 122/78, ex-Proposição no. 422/78, aprova convênio de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Corbélia, Guaíra, Nova Aurora e Terra Roxa, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da PRODOPAR. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 343/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 129/78, ex-Proposição no. 425/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Cornélio Procopio, objetivando a implementação dos serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 346/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 427/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando o desenvolvimento de estudos e projetos para realização de obras e serviços de interesse metropolitano e planejamento integrado do uso do solo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução

no. 347/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 132/78, ex-Proposição no. 428/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando execução de obras e serviços de emergência conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 367/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 123/78, ex-Proposição no. 423/78 — aprova convênios de auxílios e cooperação entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de BANDEIRANTES — REBOUÇAS — FLORAÍ — CRUZEIRO DO OESTE — MEDIANEIRA — FRANCISCO ALVES — ORTIGUEIRA — SÃO TOMÉ — LEÓPOLIS e SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 368/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 156/78, ex-Proposição no. 443/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de IVAÍ, WENCESLAU BRAZ, LOBATO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS e CIDADE GAÚCHA, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 369/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 157/78, ex-Proposição no. 444/78 — aprova convênios de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Palmas, Ubatã, Araruna, Campina da Lagoa e Tomazina, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a execução de obras e serviços mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 19/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 05/78, ex-Proposição no. 90/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR e o Município de Mirador, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 20/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 06/78, ex-Proposição no. 91/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 21/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 07/78, ex-Proposição no. 92/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública

e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o Município de Foz do Iguaçu, a construção de prédio destinado à Sub-Delegacia de Polícia, no Distrito de Santa Terezinha, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 22/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 18/78, ex-Proposição no. 103/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Castro, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 31/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 08/78, ex-Proposição no. 93/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, e o Município de Icaraíma, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 47/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 09/78, ex-Proposição no. 94/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, e o Município de Marilena, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 95/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 27/78, ex-Proposição no. 167/78 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios de Modelo Territorial para o Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 187/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 73/78, ex-Proposição no. 197/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC e interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros no Parque Regional do Iguaçu. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.M.A., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 228/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 303/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Araucária, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 229/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 402/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do

Paraná, e o Município de Quatro Barras, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 266/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 380/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Barra do Jacaré, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 267/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 381/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Dois Vizinhos, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 271/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 396/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campina Grande do Sul, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 272/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 397/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Largo, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 273/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 398/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Colombo, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 275/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 401/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Piraquara, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 276/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 403/78

— aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Rio Branco do Sul, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 277/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 404/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de São José dos Pinhais, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 285/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 110/78, ex-Proposição no. 414/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação financeira, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e da Associação de crédito e Assistência Rural, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 325/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 94/78, ex-Proposição no. 370/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Jandaia do Sul, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 326/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 95/78, ex-Proposição no. 371/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando ajuda de custo e auxílio para manutenção de viaturas existentes no Órgão Policial da cidade. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 327/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 96/78, ex-Proposição no. 373/73 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Alto Piquiri, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 329/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 383/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de São Jorge do Ivaí, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução

334/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 394/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Balsa Nova e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 335/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 395/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Bocaiúva do Sul, e a interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 336/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 399/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Contenda, e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 339/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 119/78, ex-Proposição no. 419/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 340/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 120/78, ex-Proposição no. 420/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Ourizona, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 341/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 121/78, ex-Proposição no. 421/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 344/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 130/78, ex-Proposição no. 426/78 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a participação da COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano dos municípios signatários. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 345/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 135/78, ex-Proposição no. 431/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Indianópolis, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 348/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 136/78, ex-Proposição no. 432/78, — aprova termos Aditivos aos convênios celebrados entre o o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de Porto Rico e São José do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nos referidos municípios. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 349/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 137/78, ex-Proposição no. 434/78 — aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 350/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 138/78, ex-Proposição no. 435/78 — aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios ali nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 351/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 140/78, ex-Proposição no. 436/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, com interveniência de Órgãos que especifica, objetivando apoio do Projeto de Transportes Escolar, desenvolvimento no Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 352/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 141/78, ex-Proposição no. 437/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, objetivando a implantação do Programa Especial do Oeste do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 353/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 142/78, ex-Proposição no. 438/78 — aprova convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—

Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 362/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 333/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares Clarisse Carvalho Pagliuso e Nelita Ramos Sebelli, e do Ginásio Estadual. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 363/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 334/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Engenheiro Azaury Guedes Pereira, Castro Alves e de Tupãssi, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 364/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 357/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Iporã, objetivando construção de prédio destinado à Agência de Rendas, da Secretaria das Finanças, localizado naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 365/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 117/78, ex-Proposição no. 417/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de UBIATÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 366/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 118/78, ex-Proposição no. 418/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 370/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 158/78, ex-Proposição no. 445/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e os municípios ali denominados, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 371/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 400/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Mandirituba, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

TUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 159/78, ex-Proposição no. 446/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de RIO BRANCO DO SUL, com a participação da Coordenação Metropolitana de Curitiba — COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da referida coordenação no desenvolvimento urbano, do município signatário. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 274/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no. 400/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Mandirituba, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**REDAÇÃO FINAL** —

dos Projetos de Resolução no.s 94/78 — 220 — 261 — 262 — 268 — 288 — 289 — 291 — 292 — 293 — 298 — 299 — 303 — 305 — 306 — 307 — 308 — 309 — 310 — 313 — 314 — 315 — 317 — 330 — 331 — 355 — 356 — 357 — 358 — 360/78.

2a. DISCUSSÃO —

dos Projetos de Resolução no.s 19/78 — 20 — 21 — 22 — 31 — 47 — 95 — 187 — 228 — 229 — 266 — 267 — 271 — 272 — 273 — 275 — 276 — 277 — 285 — 325 — 326 — 327 — 329 — 334 — 335 — 336 — 339 — 340 — 341 — 344 — 345 — 348 — 349 — 350 — 351 — 352 — 353 — 362 — 363 — 364 — 365 — 366 — 370 — 371 — 274/78.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA NÚMERO 410/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11040, de 17 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho, presidido pelo Diretor Geral e composto pelos seguintes funcionários: AIMORÉ OD ROCHA, ALMIR SANTOS, WILSON KAIEL, ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, EDU LIBERTI, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, FARID LUIZ GUÉRIOS, LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, GABRIEL LUIZ FRANCHESCHI, JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO e AYNED MARIA R. TIZZOT, para efetivar cálculos e implantação de abono de natal; cálculo e implantação de 13o. salário para funcionários contratados deste Poder e alteração e reimplantação de descontos do I.P.E.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 411/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8180, de 23 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho, composto pelos seguintes funcionários: ALBERTO CARAZZAI NETO, ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, MYRIAN CORREIA M. TEIXEIRA, JOANA DE BIASIO DA CUNHA, LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, MARILÚ FANCHER BECKER, SIOMARA LOPES GOMIDE, MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, HELENA REGINA STEPHAN, LEONOR HILGERT MORAES, AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, DOROTI DA CUNHA WOLKMER, LUIZ FERNANDO FLORES e ADEMIR BORCK (contratado), para assessorar a Comissão de Inquérito que apurou o esvaziamento da economia paranaense e descapitalização da Empresa do Estado do Paraná - C.P.I. da ECONOMIA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 412/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11173, de 22 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho composto pelos seguintes funcionários: JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, LUIZ CARLOS MONTEIRO, SOLON FONTOURA RODRIGUES, HAROLDO NASCIMENTO, AMADO ZONATTO, JOÃO CRUZ, ORLANDO NADALIN (adido), JOSÉ ARY VALÉRIO, FRANCISCO BUBNIAK, NELSON SÍLVIO SALLES, ANTÔNIO CARLOS DANTAS, LUIZ CARLOS MOLINARI, AYRTON ALVES ARANHA, RENE VASCO GARCIA e EDISON HEIBEL, para na Divisão de Imprensa Legislativa, efetuar os trabalhos excedentes às suas atividades normais, tais como, publicações para Senhores Deputados, Exército, FEPPA, Cabenfa e Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Paraná, publicações estas, devidamente autorizadas pela Executiva desta Casa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 413/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11548, de 30 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho, presidido pelo Diretor Geral e composto pelos seguintes funcionários: FRANCISCO DRANKA, JÚLIO XAVIER VIANNA, LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, ANTÔNIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, BLUMER BOSQUÍLIA, ALCEU ALVES PASSOS, ISAURA BRAVOS e NELSON SÍLVIO SALLES, a fim de realizarem estudo para organização, inclusão das Resoluções alteradoras do texto consolidado e republicação do Regimento Interno, desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 440/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11832, de 08 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar, DÉCIO CASAGRANDE RAMUSKI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria; e,

II — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, num total de setenta (70) horas extras, a partir de 07 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 441/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11730, de 06 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário LÍRIO TONETTI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria, no período compreendido entre 06 a 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 442/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11789, de 06 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Comissão de Sindicância, composta pelos funcionários estáveis, ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, ARMANDO SOICHI IWAYA e LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, para, sob a presidência do primeiro, apurar responsabilidades das irregularidades apontadas no presente protocolo, de acordo com o disposto no Art. 306, parágrafo único, item II, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 443/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11632, de 04 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 864/77, ao funcionário JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula no. 072, ocupante do cargo de nível PL“29”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 444/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do

processo protocolado sob o no. 11741, de 06 de dezembro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, ao funcionário JOÃO FARIAS, matrícula no. 543, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 445/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11723, de 05 de dezembro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 864/77, ao funcionário LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula no. 128, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral.